

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

O Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Vouga Lagunar, integrado na Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro, abrange cerca de 3.000 hectares repartidos pelos concelhos de Estarreja, Albergaria-a-Velha e Aveiro. Por se tratar de uma zona de grande valor agrícola e ambiental, é importante a manutenção da biodiversidade nesta zona, através do desenvolvimento sustentado de uma atividade agrícola em regime extensivo.

Assume particular relevância proteger as suas terras agrícolas, promover o controlo das cheias, intervindo nas infraestruturas de defesa do avanço da água salgada, drenagem, rega e caminhos. Aliás, a Assembleia da República aprovou, no início de 2012, duas Resoluções que recomendam ao Governo medidas que protejam o Baixo Vouga Lagunar (RAR nº 7/2012 e RAR nº 8/2012).

Embora o atual Governo considere prioritário o investimento no sector primário, as condições financeiras do país, bem como a taxa de compromisso do atual quadro comunitário de apoio relativo ao desenvolvimento rural (PRODER) não permitiram a agilização e a aprovação deste projeto de investimento no imediato. Neste contexto, o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) assumiu que as obras no Baixo Vouga Lagunar serão prioritárias no próximo quadro comunitário de apoio.

Porém, estando o ano de 2013 a ser caracterizado por uma intensa pluviosidade, verificou-se um agravamento da situação, tendo ocorrido uma inundação dos terrenos por água do rio Vouga que abriu rombos nas motas dos esteiros de água salgada, em particular no esteiro de Canelas, abrindo-se assim o sistema tradicional de defesa dos campos agrícolas do Baixo Vouga da amplitude das marés de água salgada, em particular nas freguesias de Fermelã, Canelas e Salreu, do concelho de Estarreja, colocando em risco mais de 600 hectares diretos de culturas agrícolas, cujo impacto económico e social atingirá um elevado número de produtores.

Perante esta realidade, a Camara Municipal de Estarreja assumiu as obras de reparação dos rombos que levaram à invasão dos terrenos agrícolas por água salgada.

Face ao exposto, os deputados abaixo-assinados, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitam ao Governo que, por intermédio da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que forneça os seguintes esclarecimento:

1. Considerando que as intervenções efetuadas até ao momento são da responsabilidade da administração central, qual a disponibilidade do MAMAOT para assumir os encargos com a reparação dos rambos, entretanto operadas pela Câmara Municipal de Estarreja, bem como de outras situações de estragos provocados por cheias, mais a montante no rio Vouga, nos campos de Frossos, Eixo, Eirol e S. João de Loure?

2. Qual a possibilidade de o MAMAOT realizar e finalizar durante o ano de 2013 os estudos prévios, necessários à concretização das obras do Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Vouga Lagunar, de modo a que este seja prioritário no início do próximo quadro de financiamento comunitário?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 19 de Abril de 2013

Deputado(a)s

ULISSES PEREIRA(PSD)

LUÍS MONTENEGRO(PSD)

PEDRO LYNCE(PSD)

PEDRO DO Ó RAMOS(PSD)

COUTO DOS SANTOS(PSD)

MARIA PAULA CARDOSO(PSD)

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

CARLA RODRIGUES(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

PAULO CAVALEIRO(PSD)